

Mantega descarta 'tarifaço'

Mas diz que reajuste da gasolina é "regra". Ministro também fez suspense sobre revisão da meta do superávit

Em entrevista ontem à agência Reuters, o ministro da Fazenda, Guido Mantega negou que haverá "tarifaço" dos preços administrados após as eleições e declarou que a melhor correção para a política fiscal brasileira é o crescimento da economia e não o controle das despesas.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de ajuste na meta de R\$ 99 bilhões de superávit primário para este ano, equivalente a 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), o ministro deixou a questão em aberto, argumentando que é preciso esperar mais. "Vamos aguardar o segundo semestre", respondeu Mantega. "Sempre estaremos fazendo esforço máximo para tentar alcançar os objetivos fiscais, este ano não será diferente", complementou.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ainda que em todos os anos houve correção nos preços da gasolina e que o comportamento do governo é continuar com reajustes normais, mas negou que haverá "tarifaço" após as eleições de outubro.

"Todos os anos tem correção do preço da gasolina, uns mais outros menos, mas todos os anos tem correção. Não teve nenhum ano que não teve aumento da gasolina, essa é a regra", disse.

O governo tem enfrentado grandes dificuldades para chegar à meta de economia para pagamento de juros da dívida, devido à baixa arrecadação com a economia mais fraca e grandes desonera-

ções fiscais. Em 12 meses até junho, o superávit primário ficou em 1,36% do PIB.

"Quando ocorrerá o aumento? Essa é decisão que mexe com o mercado, com ações, não se comenta. É questão das empresas responsáveis", acrescentou o ministro, que também é presidente do Conselho de Administração da Petrobras.

Mantega deu a declaração ao ser questionado se, com o arrefeci-

mento da inflação mais para o fim deste semestre, haveria espaço para ajustes nos preços administrados. "Nosso comportamento é continuar com reajustes normais, sem tarifaço", reiterou.

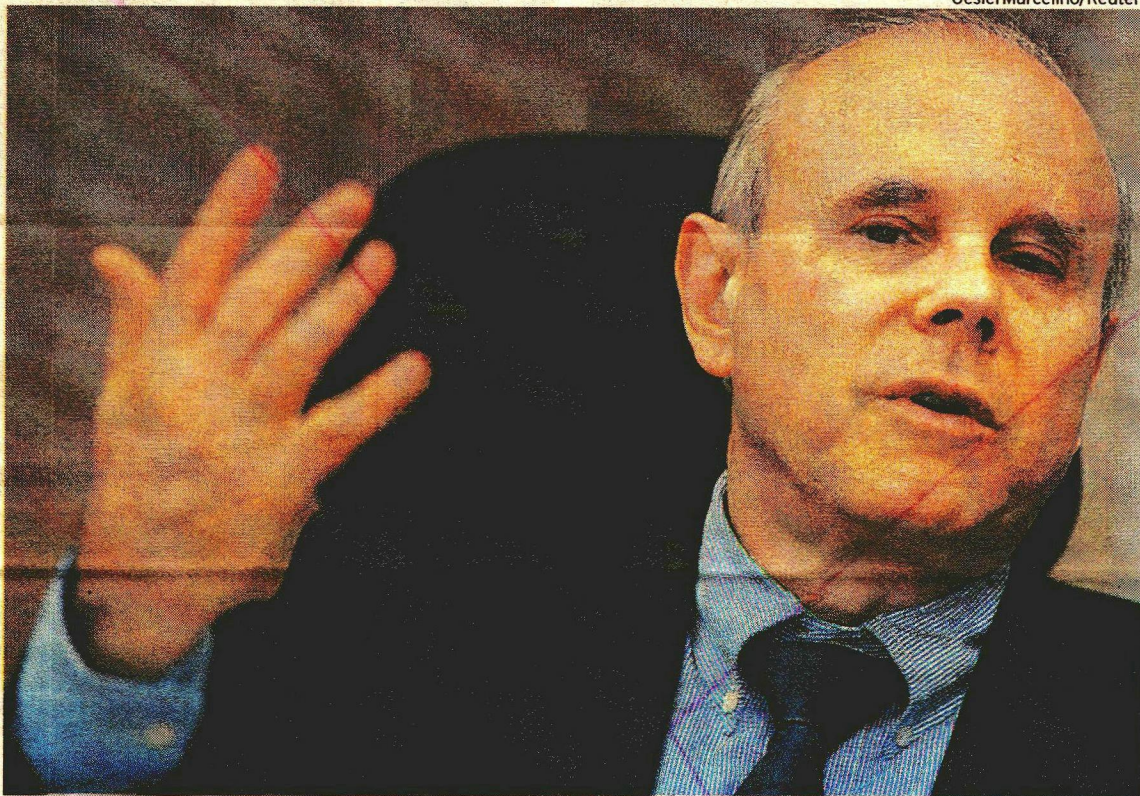
A diretoria da Petrobras, inclusive a própria presidente da estatal, Maria das Graças Foster, tem pleiteado ao governo reajuste dos preços dos combustíveis para reduzir a defasagem dos valores pra-

tificados no Brasil com os vistos no exterior, o que afeta as finanças da companhia.

A gasolina tem um peso importante no IPCA, índice que baliza a meta de inflação do governo que é de 4,5% ao ano, com margem de tolerância de dois pontos para mais ou para menos. Com o IPCA em 12 meses acima do teto da meta atualmente, o governo tem menos espaço para

eleva preços administrados como os dos combustíveis. Em junho, o indicador acumulava alta de 6,52% em 12 meses. A última vez em que houve reajuste nos preços da gasolina foi em novembro do ano passado, quando a Petrobras anunciou aumento médio de 4% da gasolina e de 8% no diesel nas refinarias. A alta da gasolina ao consumidor final seria de cerca de 3%. **Reuters**

Ueslei Marcelino/Reuters



“

Vamos aguardar o segundo semestre. Sempre estaremos fazendo esforço máximo para tentar alcançar os objetivos fiscais, este ano não será diferente”

Guido Mantega
Ministro da Fazenda